

Censo étnico-racial: um caminho para igualdade na diversidade¹

Alessandra Santos Nascimento²

Rita de Cássia Ferreira³

Resumo: O presente trabalho contempla uma pesquisa empírica com abordagem qualitativa. O universo pesquisado consistiu em todos os alunos regulares de graduação do Curso de Ciências Sociais ingressos nos anos de 1998 a 2001. Totalizando trezentas e oitenta e duas pessoas entrevistadas. O local da pesquisa foi a FCL/UNESP/Araraquara. Ao refletirmos sobre os critérios de classificação/identificação que foram mobilizados pelos alunos pesquisados para responderem as questões propostas pelo censo étnico-racial criado e aplicado por nós, dialogamos com as questões contemporâneas que envolvem a Antropologia no eixo políticas sociais e de igualdade. A partir do método comparativo pudemos entender se e como o Curso de Ciências Sociais influenciou para uma diferença qualitativa nos discursos envolvendo os conceitos de etnia e raça, tendo em vista que foram entrevistados alunos tanto do último ano, quanto ingressantes. Na interpretação dos dados constatamos o desconhecimento dos alunos em relação à identidade e ao pertencimento étnico-racial. Ao considerarmos que os recenseamentos nacionais no Brasil, mesmo os realizados pelo IBGE, nunca objetivaram contribuir para a construção da identidade étnico-racial no país e sim consolidaram a idéia de identidade nacional (misturada, harmônica e inclusiva), a criação e aplicação do censo piloto permitiu sugerirmos algumas diretrizes para desmistificar a expressão “identidade nacional” e problematizar a implantação de ações afirmativas no ensino superior.

Palavras-chave: censo étnico-racial; ensino superior; ação afirmativa.

Abstract: The present paper observes an empirical research with qualitative approach. The researched universe consisted of all regular graduation students of the Social Sciences course that joined between 1998 and 2001, totaling three hundred eighty interviewed persons. The research place was FCL/UNESP/Araraquara. When we meditated about the classification/identification criterions that were used by the researched students to answer the proposed questions by the ethnical-racial census created and applied by us, we dialoged with the contemporary questions that involve Anthropology inside the social policies and equality main points. By using the comparative method, we were able to understand if and how the Social Sciences course influenced a qualitative difference in the discourses that involve the concepts of ethnic group, observing that we interviewed as much students of the last grade as students of the first grade. During the data interpretation, we realized the students' non-acquaintance about ethnical-racial identity and sense of belonging to. When we consider that Brazilian national census -even the ones that were accomplished by I.B.G.E.- never aimed to contribute to the construction of the nation's ethnical-racial identity, but (indeed) they consolidated the idea of a (mixed, harmonic and including) national identity, the creation and application of the our pilot census allowed us to suggest some routes to demonstrate the limits of the “national identity” expression and problemize the establishment of affirmative actions in university education.

Key-Words: ethnical-racial census; university education; affirmative action.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Araraquara. É pesquisadora do NUPE (Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão), do CLADIN (Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra), do LEAD (Laboratório de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora) e do Grupo de Trabalho Pensamento Social do Brasil, o qual se encontra vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e ao Laboratório de Política e Governo da UNESP. E-mail: alesantonas@yahoo.com.br

³ Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Araraquara. É pesquisadora do NUPE (Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão), do CLADIN (Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra), do LEAD (Laboratório de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora). E-mail: ritacassiaferreira@yahoo.com.br

I. Experiências de Ação Afirmativa no Ensino Superior: limites e possibilidades

Alguns estudos como os de Silva e Silvério (2003) e de Pacheco e Silva (2007) ao avaliarem as experiências de ação afirmativa com adoção de cotas no ensino superior público e refletirem sobre o tema da meritocracia, apontam para a positividade que o ingresso de cotistas representa para as universidades ao trazer novos desafios, à medida que altera o perfil do corpo discente demandando novas formas de ver e de produzir pesquisa, ensino e extensão. Simultaneamente, tais estudos salientam que permanece a valorização do mérito individual e do talento como formas de reconhecimento e crescimento acadêmicos. Nesta perspectiva, parece-nos uma falsa questão dizer que a adoção deste tipo de política fere a essência (o mérito) da natureza do fazer universitário.

Pesquisas recentes da UNEB, baseadas em levantamentos de dados nos diários de classe (notas e frequências de alunos optantes e não optantes ao sistema de cotas) e entrevistas com os optantes, apresentaram as seguintes conclusões: a partir dos diários de classe constatou-se que as diferenças de médias semestrais são insignificantes e que em alguns cursos os alunos cotistas apresentam valores um pouco maiores, quando comparados ao grupo não cotista; ao analisar a frequência, os cotistas têm um índice maior de assiduidade em quase todos os cursos. Nos resultados das entrevistas verificou-se que entre os aprovados pelo sistema de cotas não houve pessoas com o fenótipo branco declarando-se afrodescendente. Ainda foi possível detectar que os alunos cotistas não sofreram qualquer tipo de discriminação pelo fato de serem optantes deste sistema (SANTOS apud PACHECO e SILVA, 2007).

De acordo com relatórios da UERJ, a experiência das cotas na instituição trouxe para o tema da progressão curricular dos ingressantes avaliações positivas e negativas (PRADO, 2005). No entanto, é necessário ponderar que as avaliações negativas além de serem passíveis de solução, não consistem em uma exclusividade de alunos cotistas.

O vestibular da UnB de 2004 nos proporciona alguns elementos para pensarmos a implantação da política de ação afirmativa, mediante as cotas, sem que erros semelhantes sejam repetidos. De acordo com Maio e Santos (2005), o vestibular da UnB ao sobrepor ao critério da autoclassificação – o qual é consagrado na literatura antropológica como o método mais aceitável para a definição das identidades étnica e social – o parecer de uma comissão que recorreu a fotografia do candidato para deferir ou indeferir sua inscrição no sistema de cotas, incorreu em um tipo de prática autoritária, caracterizada pelo fato de ser tal comissão, em última instância, quem ditava quem era e quem não era negro, e, desse modo, quem possuía e quem não possuía o direito de se inscrever no sistema. Esta visão dos autores (2005) corrobora com o posicionamento emitido pela Comissão de Relações Étnicas e Raciais da

Associação Brasileira de Antropologia em junho 2004, segundo o qual, a “[...] pretensa objetividade dos mecanismos adotados pela UnB constitui, de fato, um constrangimento ao direito individual, notadamente ao da livre auto-identificação.” (Crer-ABA, 2004, apud MAIO & SANTOS, 2005, p. 202).

O vestibular da UnB ao sobrepor ao método de autoclassificação o de hetero na definição identitária lançou uma polêmica sobre a validade e legitimidade dos critérios que envolvem a identidade étnica no país. Neste contexto, surgiram reflexões de diferentes áreas do conhecimento tentado responder a pergunta “como se define quem deve ser ou não o beneficiário do sistema de cotas?” A Antropologia responde a esta indagação com a seguinte assertiva: os critérios de identidade étnica são se reconhecer e ser reconhecido como um grupo específico. Todavia, no que se refere ao “ser reconhecido como tal” temos que ponderar, pois se o reconhecimento da sociedade implicar na necessidade de uma nova distribuição simbólica e material, este reconhecimento pode ser negado.

Pena e Bortolini (2004) explicitam que a Genética ao provar que raça no sentido biológico não se aplica a espécie humana, afirma que a classificação dos grupos é uma construção social. Estes autores adentram tangencialmente na polêmica sobre os critérios de identidade étnica no contexto das políticas de ação afirmativa, ao argumentarem que do ponto de vista genômico a maioria da população brasileira é afrodescendente. Isto por si só invalidaria a implantação de políticas setoriais, no entanto, no Brasil não há preconceito de origem como nos Estados Unidos e sim de marca (fenótipo) (NOGUEIRA, 1985). Advém desse fato a necessidade de trabalharmos com o conceito de raça (no sentido social) e problematizarmos a autoridade e a legitimidade da Genética na definição de quem é quem no país. Pena e Bortolini (2004, p. 46) contribuem para a crítica ao poder de definição da Genética ao afirmarem de forma enfática que ela não pode definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas.

II. UNESP: os desafios das políticas de ação afirmativa e de cotas

Ao tratar sobre o tema da inclusão social na UNESP e seu vestibular o diretor acadêmico da Vunesp, Fernando Dagnoni Prado, em documento apresentado no Conselho Universitário (CO/UNESP) em fevereiro de 2005, afirma que a UNESP conta com dispositivos estruturais e conjunturais para minorar as disparidades provocadas pela exclusão social no ensino superior. Como exemplos de dispositivos de ordem estrutural, Prado (2005) destaca a disseminação geográfica da instituição; a oferta de cursos e vagas no período noturno, em percentual acima do estabelecido pela Constituição paulista; as próprias

características do vestibular: a fase única e a inexistência de lista de obras literárias etc. De ordem conjuntural, chama-nos a atenção para o fato da UNESP atuar em diferentes fases do processo, isto é, antes e depois do ingresso na universidade. Na primeira fase ressalta o papel dos cursinhos preparatórios gratuitos ou subsidiados na maioria de suas unidades, a distribuição gratuita do Guia das Profissões, a divulgação do vestibular nas maiores escolas públicas do Estado de São Paulo e a isenção da taxa de inscrição para candidatos carentes, além da inserção das provas do ano anterior no Manual do Candidato. Na segunda fase, Prado (2005) salienta o apoio social e financeiro aos estudantes carentes (bolsas, moradia, auxílio aluguel, bibliotecas equipadas, assistência social e médica etc.). De acordo com sua avaliação, a UNESP com todas estas ações encontra-se próxima de colocar em risco a recente expansão de vagas e de cursos bem como a qualidade da pesquisa, advindo a preocupação com mudanças intempestivas que poderão comprometer a credibilidade adquirida pela instituição ao longo dos anos. Apesar de Prado (2005) não mencionar quais seriam as “mudanças intempestivas” pode-se perceber, nas entrelinhas de seu discurso ao decorrer do documento, a referência às políticas de ação afirmativa e de cotas.

É necessário problematizar algumas informações disponibilizadas por Prado (2005) no que tange aos dados e análises do questionário socioeconômico dos candidatos/ingressantes no vestibular de 2004 da UNESP, à medida que estas informações serviram para fornecer um quadro do vestibular e influenciar direta ou indiretamente as decisões sobre a política de ingresso na instituição adotada para os próximos anos. Estes dados foram apresentados em formato de tabela com os seguintes itens: renda familiar mensal; ensino médio em escola pública; cor de pele não branca; não frequentou cursinho; escolaridade dos pais. Comentaremos somente os itens renda e cor de pele não branca, em particular o último, pois incide diretamente no tema por nós desenvolvido, na pesquisa Censo étnico-racial.

Quando se observa o item renda familiar mensal constata-se uma sutil dubiedade na disposição dos dados e, conseqüentemente, nas interpretações que os mesmos permitem. Em outros termos, a tabela ao apresentar de forma paralela e sem os valores absolutos a coluna total de candidatos e a de ingressantes, induz a seguinte interpretação capciosa: 64% do total de candidatos tinham o perfil “renda familiar mensal abaixo de 10 salários mínimos” e, destes, ingressaram 62%. Uma leitura atenta dos dados somente nos permite dizer que 62% do total de ingressantes apresentava o referido perfil. Esta diferença na interpretação é significativa quando se considera que o total de candidatos em valor absoluto correspondeu a 94.046 enquanto o de ingressantes foi 6.310.

Ainda considerando a tabela, percebe-se que no item cor de pele não branca aos equívocos na disposição e interpretação dos dados (como explicitado anteriormente), juntam-se outros problemas como os decorrentes de trabalhar com os resultados agrupados. Ao trazer as categorias (parda, preta, amarela ou indígena) como um único valor (20% do total de ingressantes apresentava estas características) obstaculariza-se a compreensão sobre qual o percentual de cada grupo, podendo ter grupos sub ou sobre representados. Ao não apresentar relação com a opção de curso dificulta-se conhecer se os cursos nos quais ingressaram são ou não os menos prestigiados etc. Esta falta de transparência das informações é agravada pela inexistência de relação entre os dados econômicos e os de auto-identificação.

Prado (2005) ao mencionar as questões técnicas para a adoção de políticas de ação afirmativa recupera parte dos discursos dos críticos deste tipo de política, ao falar da grande, quase intransponível, dificuldade de conceituar e definir raça ou cor de pele no Brasil. Neste contexto ele suscita a seguinte indagação: “grupos como os descendentes de europeus paupérrimos e de colonos japoneses que enfrentaram condições desumanas de trabalho, além de constrangimentos e marginalização não teriam o direito de pleitear “reparos”?”. Ensaando uma possível resposta, diríamos que se estes grupos avaliarem que sofreram e continuam sofrendo os efeitos da discriminação de cunho histórico, que constataram que grande parte do acervo “vivo” e escrito de sua história foi destruído conscientemente com a finalidade de que se rompesse os laços com sua ascendência, e que é passível na atualidade de sofrer preconceitos e atos discriminatórios em virtude de seus fenótipos na sociedade brasileira, talvez a resposta à indagação de Prado fosse sim. Contudo, interessa-nos evidenciar que independentemente da resposta, a pergunta de Prado (2005) não coloca nenhum impeditivo para a implementação de políticas de ação afirmativa e de cotas no ensino superior brasileiro.

No Jornal UNESP nº. 217 de 2006, a ouvidoria estabelece que a inclusão social é uma necessidade ética e cidadã. Seguindo este raciocínio tal seção irá recorrer às palavras de Fernando Prado no documento de 2005, para afirmar que a UNESP não está insensível às experiências das universidades que adotaram as cotas, mas sua política de acesso com isenção de taxas nos vestibulares, bolsas de manutenção, moradia estudantil, refeitório universitário etc. somada a crescente ampliação do número de vagas permite à instituição ter uma postura de relativa tranquilidade para estudar mecanismos de acesso sem violentar o critério do mérito, ou seja, algo alternativo as cotas. Com este encaminhamento a ouvidoria não sugere e nem descarta que poderá haver medidas que contemplem as políticas de ação afirmativa, mas antecipa que as cotas não constam no horizonte. De certo modo, esta posição da ouvidoria rivaliza com a assertiva do discurso presente na seção Sociologia, da mesma edição do referido jornal. Na seção Sociologia apresenta-se o resultado de uma pesquisa de mestrado

realizada na Faculdade de Presidente Prudente, na qual se afirma ser imprescindível a implantação de políticas de ação afirmativa ao constatar a situação desfavorável dos alunos negros e pardos, no interior desta faculdade. O autor do estudo é enfático ao dizer que caso tais políticas não sejam implantadas, ainda se terá por muito tempo que tolerar a falácia da inferioridade do negro (ZANELLA, 2006).

O tema das políticas de ação afirmativa e de cotas é reatualizado no interior da UNESP após a entrevista do reitor, Marcos Macari. Segundo Cafardo (2008), a UNESP, nas palavras de Macari, adiou o projeto sobre cotas para ingressantes provenientes da escola pública – no qual seriam criadas 700 novas vagas exclusivas para estes alunos no vestibular – devido à ausência de estrutura para receber novos alunos. O reitor expôs que o projeto não prevê recortes por raça, cor ou renda familiar, mas objetiva que a UNESP atinja o percentual de 50% de alunos oriundos da escola pública. Entre as unidades que alegaram problemas de estrutura para receber mais público encontram-se a Faculdade de Ciências Farmacêuticas (Araraquara), o Instituto de Biociências (Botucatu) etc. Contudo, Macari afirmou que houve unidades como a de Engenharia (Guaratinguetá) e de Ciência e Tecnologia (Presidente Prudente) que informaram já terem aprovado a proposta internamente.

Oficialmente na UNESP, há um grupo de pesquisa e extensão com atuação no campo das relações étnico-raciais, especificamente para a temática do negro: o Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE). O NUPE foi fundado em 2000 no interior da Reitoria da UNESP, estando vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) e compondo o Programa UNESP de Integração Social Comunitária (PISC). O referido núcleo está presente em vários campi, inclusive em Araraquara e tem entre seus objetivos: internalizar nesta universidade o estudo, a pesquisa e o debate sobre a temática do negro; facilitar o acesso dos pesquisadores e/ou interessados à produção científica sobre a temática do negro de modo que sempre haja um vínculo entre as atividades de pesquisa realizadas dentro da universidade e sua extensão à comunidade não universitária.

Para Lemes (2007), atual coordenador do GT-NUPE-FCL/AR, as ações afirmativas são o reconhecimento oficial das demandas e necessidades de intervenções em uma dívida social impagável. O sistema de cotas raciais nas universidades é o início do resgate dessa dívida:

“As cotas raciais representam, de forma tardia, o apoio político institucional da área acadêmica aos processos de ações de discriminação positiva em nossa sociedade. [...]. A universidade nesse contexto, precisa manter e aprofundar as práticas e buscar mecanismos de interação entre cotas, outras formas de culturas internas e a questão da identidade étnico-racial. [...]” (LEMES, 2007, p. 47).

Lemes (2007) não propõe de forma clara a política de cotas dentro da UNESP, mas defende este sistema afirmando que o mesmo é necessário em qualquer universidade. E mais, que as universidades têm assumido um papel de vanguarda no processo de resgate da dívida social para com a população negra no Brasil. O coordenador explicita que há caminhos alternativos as cotas para a busca de equidade na educação, mas reitera que tal sistema é parte importante e significativa neste processo.

III. Censo étnico-racial

Considerando particularmente as reflexões sobre a utilização dos métodos de classificação (hetero e autoclassificação) nos trabalhos de Silva (1994), Osório (2004), Rosemberg (2004) e (2006), Rocha e Rosemberg (2007), Rodrigues (2007) e Bastos et al. (2008) interessa-nos fazer alguns apontamentos: é necessário reconhecer que é a relação entre hetero e autoclassificação (aberta e fechada) que fornece um quadro profícuo para analisar a construção das identidades étnicas e sociais no país, pois a adoção simultânea e explícita de ambos os métodos de identificação permite acessar a emergência de um conjunto de referências sobre as ambigüidades, contradições e hesitações etc. que acompanham a definição relacional que envolve a identidade, propiciando um caminho para dialogar com o imaginário social brasileiro.

Silva (1994) em seu estudo sobre ‘raça social’ no Brasil discute a relação entre hetero e autoclassificação e afirma que há diferença entre ambas. Segundo o autor, enquanto a autoclassificação aparece influenciada pela situação socioeconômica do entrevistado, a hetero permite um critério mais objetivo, ou seja, mais vinculado às características do fenótipo do entrevistado. No entanto, devemos problematizar esta idéia de critério “mais objetivo”, o artigo de Osório (2004) sobre o sistema classificatório racial ibgeano parece-nos oportuno. Analisando inclusive o trabalho de Silva (1994), Osório (2004) argumenta que “[...] [n]o fundo, a opção pela auto ou pela hetero-atribuição de pertença racial é uma escolha entre subjetividades: a do próprio sujeito da classificação ou a do observador externo” (OSÓRIO, 2004, p. 96). Compartilhamos desta interpretação de Osório (2004), pois de fato há um caráter subjetivo em ambos os métodos de identificação, porém entendemos que isto não impede nem invalida a necessidade de evidenciar que a não-distinção entre estes métodos tem contribuído para dificultar a percepção do caráter relacional e ambíguo que envolve os processos de negociação da identidade e da classificação.

A pesquisa Censo étnico-racial trata-se de um estudo de caso, na Faculdade de Ciências e Letras em Araraquara, com a utilização da aplicação simultânea de dois métodos de classificação étnico-racial: a autoclassificação e a heteroclassificação. O público pesquisado contou com 382 alunos do curso de graduação de Ciências Sociais, ingressantes nos anos de 1998 até 2001. O estudo apresentou duas fases distintas e complementares para sua concretização. A primeira compreendeu a aplicação do método de heteroclassificação em 100% do público. A segunda consistiu na aplicação do método de autoclassificação através de um questionário, participou da pesquisa nesta fase 71% (272 graduandos) da população total. Os graduandos que optaram por não participar da pesquisa somaram 16% (60). Enquanto o total de graduandos não encontrados representou 13% (50).

O primeiro momento da pesquisa contemplou a classificação dos graduandos através de suas fotografias, este procedimento foi realizado pelas pesquisadoras. O acervo fotográfico encontrava-se no arquivo da seção de graduação. Criou-se neste momento um código para o pesquisado, visando assegurar seu anonimato e estabelecer um vínculo para comparação entre os dados da hetero e os da autoclassificação, e um quadro contendo informações sobre ano de ingresso, idade e sexo. Na heteroclassificação foram utilizadas as seguintes categorias: negra, mulata, branca, amarela, indígena, parda. Inserimos a opção “sem foto”, para responder a uma situação presente no período da pesquisa. A utilização das categorias branca, parda, indígena e amarela visou dialogar com a classificação oficial do IBGE. Enquanto a retirada da categoria preta e a inserção das categorias negra e mulata objetivaram propiciar caminhos para trabalharmos com nossas hipóteses.

O segundo momento da pesquisa abarcou o método de autoclassificação (aberta e fechada) na aplicação de um questionário, o qual propôs a utilização das mesmas categorias de identificação disponibilizadas na primeira fase com uma única exceção: a substituição da opção “sem foto”, pela “não sabe”. O questionário foi composto também por um conjunto de outras questões de múltipla escolha e dissertativas que permitiram mapear o tema da identidade étnico-racial de forma ampla. Nesta fase, as principais razões alegadas para o índice de recusas de 16% foram: certo “incômodo” em participar de pesquisas que fomentam o debate sobre o tema da identidade étnico-racial, em particular, sobre o conceito de raça, e o desinteresse. Já no grupo dos alunos ausentes 13%, verificou-se como as principais causas: não estar cursando disciplinas (em fase de monografia); motivos de trabalho e de saúde; problemas familiares; a transferência para outro curso ou faculdade. O levantamento a partir das fotos e as entrevistas através do questionário foram realizadas no segundo semestre de 2001.

Antes da aplicação do questionário do censo realizamos um piloto com 12 alunos selecionados aleatoriamente. O piloto objetivou averiguar a clareza e a adequação das perguntas, particularmente no que tange a utilização das categorias de identificação negra e mulata assim como a exclusão da categoria preta. Por mais problemáticos que esses procedimentos possam parecer, à primeira vista, os entrevistados não opinaram sobre os mesmos, manifestando-se somente a respeito dos dados socioeconômicos.

O questionário foi organizado em três partes: I Dados Pessoais; II Dados socioeconômicos, III Identidade étnico-racial. Na parte I recuperou-se o código do pesquisado e o quadro de dados gerais para comparação (nos termos supracitados). Na parte II procuramos compreender e estabelecer o perfil dos entrevistados através de informações que perpassavam seus gastos, o tipo de ensino que mais freqüentou, se era ou não bolsista etc. A última parte encontrava-se dividida em perguntas de múltipla escolha e dissertativas, inclusive as questões de autoclassificação aberta e fechada.

Apresentaremos um panorama dos resultados da comparação entre a hetero e a autoclassificação fechada e algumas reflexões a partir dos discursos presentes na autoclassificação espontânea; demonstraremos algumas interpretações envolvendo as informações sobre o Continente de origem dos bisavós dos entrevistados e a presença ou não de apelido ou tratamento diferenciado no interior da UNESP, e/ou no grupo familiar/amigos. A partir deste conjunto de considerações entendemos esclarecer a parte III do questionário, a qual versa sobre Identidade étnico-racial. Neste caminho, dialogaremos, quando necessário, com algumas pesquisas recentes sobre identidade étnica e ação afirmativa na educação.

Para efeito de comparação foram selecionados do total de 382 pesquisados apenas os que participaram das duas fases do estudo (272 entrevistados), tal procedimento assegura a esse valor tornar-se o público total da pesquisa.

Quando consideramos os resultados dos procedimentos de hetero e autoclassificação (fechada) chegamos à mesma conclusão de Silva (1994), ou seja, há uma diferença significativa ao adotarmos um ou outro procedimento. De forma sintética, ao relacionarmos os dois resultados em nossa pesquisa, percebemos que o procedimento de heteroclassificação reduziu a expressividade da população branca, aumentou significativamente as populações parda e mulata e subrepresentou a negra. A categoria branca foi classificada na hetero e na autoclassificação respectivamente como 52,20% e 69,85%; já a categoria negra como 2,20% e 8,08%. Na categoria mulata obtivemos 5,88% na hetero e 2,20% na autoclassificação. Na parda os dados foram hetero 17,64% e autoclassificação 11,39%. A categoria amarela representou 3,67% na hetero e 1,83% na autoclassificação. Enquanto a categoria indígena não apareceu na hetero e na auto representou somente 0,73%. Os entrevistados que se

autoclassificaram como indígena no procedimento fechado, mobilizaram as seguintes categorias no procedimento aberto: “Não sabe” e “Mameluco”. O índice da opção “não sabe” na autoclassificação fechada foi de 4,04%. Já a opção “sem foto”, presente na heteroclassificação, correspondeu a 18,38% do total de entrevistados.

A idéia, segundo a qual o grupo étnico é aquele que compartilha valores, expressões e formas culturais, foi questionada pela Antropologia tendo em vista três pressupostos: 1) a cultura não é a característica primária de um grupo e sim a consequência de sua organização, isto é, ela consiste no produto de um grupo; 2) a cultura partilhada não é necessariamente a cultura ancestral, afinal o mesmo grupo étnico poderá apresentar traços culturais distintos dependendo das condições e oportunidades sociais e naturais na interação com outros grupos sem perder sua identidade própria; 3) existe uma imprevisibilidade dos traços culturais que serão enfatizados pelo grupo (CUNHA, 1987). A partir desta reflexão de Cunha (1987), o fundamental na definição do grupo étnico é considerar-se e ser considerado como tal. Ou seja, o único critério de identidade étnica é o de ser identificado e se identificar como grupo específico. Isto é válido para todos os grupos étnicos, sejam eles indígenas, negros etc.

Outra questão importante é que em contextos de disputas o reconhecimento da identidade torna-se algo problemático, advém disto o esforço explícito para descaracterizar o grupo étnico, em particular o negro, mobilizando, dentre outros, o discurso da mestiçagem.

No contexto em que a cultura deixa de ser algo “essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado” (CUNHA, 1987, p. 116) para tornar-se enrijecida:

“[...] [h]á quem nos tente convencer de que a questão “racial” se dissolve na de classe, e nesta negação da especificidade da questão étnica conjugam-se às vezes os defensores da democracia racial com os da democracia *tout court*, expulsando, por exemplo, os negros como uma falsa categoria.” (CUNHA, 1987, p. 103).

Ao trilharmos os caminhos sugeridos pelas respostas da questão “Como você se define etnicamente?” entramos em contato com uma produção de discursos cuja intensidade e diversidade não se esgotaram no recorte por nós aqui apresentado. Acompanhando as pistas lançadas nos diferentes discursos agrupamos algumas falas para levantarmos: 1) aspectos do processo de construção das identidades étnico-raciais; 2) entendermos se houve ou não uma diferença qualitativa nos discursos dos graduandos tendo em vista seu processo de formação no Curso de Ciências Sociais; 3) dialogarmos com algumas idéias sobre o Brasil proporcionadas pela expressão “identidade nacional.”.

No processo de tabulação dos dados da autoclassificação aberta tivemos que adotar um critério quando o entrevistado escreveu mais de uma referência para se auto-identificar.

Optamos pela primeira categoria que apareceu na resposta. Contudo, entendemos que talvez tal procedimento não tenha assegurado uma categoria que representasse uma prioridade diante das outras para o entrevistado. Se esta ponderação for válida, torna-se significativo expor a diferença que ocorre ao considerarmos como respostas a primeira referência somente, e a junção da primeira com a segunda. O que ocorreu com a categoria brasileiro (a) é ilustrativo desta situação.

Diante da questão: “Como você se define etnicamente?” percebemos uma grande recorrência a categoria brasileiro (a) como primeira referência nas respostas, 20,22% do público entrevistado. Ao analisarmos por turmas, optamos por trabalhar com as porcentagens dentro do próprio ano e não em relação à população total. Tal opção se deu para melhor dimensionarmos esta categoria para a população entrevistada. Sendo assim, do percentual de 20,22% a maior recorrência a categoria brasileiro (a) aconteceu na turma de 1999 (22,41%) e a menor na de 2001 (19,04%). Nas outras turmas os índices foram 1998 (20,68%) e 2000 (19,71%).

A presença da categoria brasileiro (a) como segunda referência nas respostas ocorreu nos seguintes termos: os entrevistados que se definiram a partir de uma categoria (X) como primeira referência, adjetivaram ou associaram sua primeira opção com a categoria brasileiro (a). Deste modo, diante da questão supracitada, obtivemos respostas como a de uma entrevistada de 2000: “Sei lá, tudo misturado, brasileira”.

Constatamos que aceitar a inserção da categoria brasileiro (a) quando ela aparece como segunda opção, consiste em uma mudança relevante em nossa análise, pois além de aumentar a representação desta categoria em todas as turmas, eleva o índice da turma de 2001 invertendo sua colocação; de turma que apresentava o menor índice de autoclassificação como brasileiro (a) torna-se a turma com maior percentual, passando de 19,04% para 35,71%.

Explicitar tais procedimentos e seus resultados assim como os provenientes da aplicação simultânea dos métodos de hetero e de autoclassificação apresenta-se como um caminho aceitável para reduzir equívocos que podem ser gerados ou obscurecidos no processo de interpretação dos dados sobre identidade.

Poderíamos inferir a partir das respostas presentes na autoclassificação aberta, em particular, envolvendo a categoria brasileiro (a), que o sentimento de pertencimento territorial encontra-se arraigado no imaginário de auto-identificação dos entrevistados. Em uma fala de um entrevistado da turma de 1998, encontramos um exemplo interessante deste sentimento: “Brasileiro, sou nascido aqui e tenho orgulho, não preciso que meus antepassados sejam europeus, o que importa é que nasci aqui e tenho os costumes próprios daqui.” Neste discurso,

o território é tanto físico quanto simbólico, pois ele se apresenta, simultaneamente, como produto e condição de uma especificidade.

As três falas seguintes são expressivas de classificações que dialogam direta ou indiretamente com os termos *mistura* e *raça*, e também foram apresentadas como respostas à questão “Como você se define etnicamente?”. Temos que, enquanto uma entrevistada de 1998 afirma sua identidade partir da utilização do termo *mistura*: “Como o Brasil não possui *raça* pura, posso me considerar uma *mistura* de *raças*”, um entrevistado de 1999 recorre ao conceito de *raça* e se identifica como branco, porém de forma hesitante. A hesitação do entrevistado é perceptível na maneira como utiliza a pontuação: “Considero-me da ‘*raça* humana’. Do ponto de vista dos rótulos (!), sou um membro da ‘*raça* branca’, porém impura (!)”. Em 2001 uma entrevistada se auto-identifica a partir da *mistura*, porém remetendo-se indiretamente ao conceito de *raça* e ao de cultura: “Uma *mistura*, ou seja, *mestiçagem*”.

Tais discursos assemelham-se aos proferidos no final do século XIX, e na década de 1930, em particular a partir da política nacionalista promovida sob os auspícios de Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre. O termo “*mistura*”, mobilizado nos discursos, nos impõe, pelo menos duas considerações: 1) a noção de *mistura* implica na dissolução das características dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, pois dificulta a percepção de que tais grupos não são equivalentes enquanto “lugares” simbólicos e sociais; 2) o fato do termo funcionar como uma espécie de tropo para falar em *raça* e em cultura sem evidenciar a ruptura teórica que tais conceitos expressam e são expressão. Neste contexto, *mistura* e *mestiçagem* tornam-se sinônimos e passam a alicerçar a idéia de identidade nacional vista como harmônica, inclusiva e genérica, quando de fato ela dissimula a hierarquização, o conflito, a exclusão e a pluralidade que marcam o Brasil.

A diversidade é deslocada como representação do país e em seu lugar valoriza-se, o esforço de homogeneização, de criação do povo novo, esta interpretação encontra respaldo em algumas falas que serão aqui representadas pelo discurso de uma entrevistada de 1998: “Brasileira, fusão étnica, povo novo”. Por outro lado, a recorrência a *mestiçagem* como uma estratégia para não assumir uma identidade étnico-racial é expressa de forma exemplar na fala de uma entrevistada de 2000: “Não tenho identidade étnica definida. Sou uma *mistura* de etnias, principalmente da branca (européia/portuguesa) com indígena.”

De acordo com as informações sobre religião no censo de 2000, realizado pelo IBGE, ocorreu uma redução do número de católicos no Brasil em comparação aos censos anteriores. Apesar dos resultados de nossa pesquisa não permitirem confirmar ou refutar este dado, nos asseguram uma observação interessante sobre o tema religião. Quando interpretamos os discursos dos entrevistados percebemos que 0,73% da população total fazia

referência a religião e, apesar do baixo índice, a única religião mencionada foi a Católica. Um exemplo de reconhecimento do Catolicismo como parte da construção da identidade étnica encontra-se na fala de uma entrevistada de 2001: “Européia abasileirada com influência da religião católica.”.

Na construção do questionário do Censo étnico-racial tínhamos como hipótese que a categoria mulata seria rejeitada pelo público entrevistado em virtude de “mulato” (substantivo proveniente do espanhol) ser originário do termo “mula” (PETRUCCELLI, apud ROCHA & ROSEMBERG, 2007, p.763). Esta hipótese foi refutada, pois mesmo em pequena quantidade houve menção a categoria mulata tanto na autoclassificação fechada 2,20% quanto na aberta. Um exemplo desta utilização encontra-se na fala de uma entrevistada de 2001: “Mulata, mas não tenho nenhum problema.”, ou na fala de um entrevistado de 1999: “Mulato/Negro”. Outro aspecto interessante envolvendo esta categoria foi o índice de correspondência de 66,60% entre os resultados da autoclassificação fechada e da aberta, isto é, a maioria que se definiu na auto-identificação fechada como mulato (a) manteve esta categoria na autoclassificação espontânea.

A referência à categoria negra na autoclassificação aberta permite dialogarmos com a noção de identidade étnica nos termos apresentados no estudo de Cunha (1987), em particular, no que tange a aceção: “ser negro é considerar-se como tal”. As palavras de um entrevistado de 1998 são expressivas deste processo de identificação: “Eu nunca me vi como um negro típico, descendente dos negros africanos. Também nunca me vi como um branco. Sempre me vi no meio do caminho, ou seja, os ditos “morenos, mulatos”. Hoje posso dizer que estou assumindo uma identidade étnica negra.”.

Dentre os resultados do trabalho sobre autodeclaração de cor e/ou raça com crianças e jovens, Rocha e Rosenberg (2007) realizam duas constatações que dialogam diretamente com os resultados das análises de nossa pesquisa. Primeira ocorre uma referência considerável da utilização da categoria negra e, segunda, a ausência do termo afrodescendente no vocabulário do público pesquisado. Na pesquisa Censo étnico-racial podemos afirmar que houve uma recorrência significativa da categoria negra tanto na autoclassificação fechada quanto na espontânea, totalizando respectivamente: 8,08% (22 graduandos) e 6,98% (19 graduandos). A correspondência na utilização desta categoria entre os dois procedimentos (aberta e fechada) foi de 86,36%. Se esse percentual por si só, não valida a inserção desta categoria no rol de categorias oficiais do IBGE, por exemplo, pelo menos demonstra o grau de reconhecimento que a mesma apresenta no processo de classificação que envolve a identidade étnica, no segmento entrevistado. No total de autoclassificação aberta (6,98%), chamou-nos a atenção o fato de 84,21% se remeter diretamente ao termo negro (a), enquanto 15,79% fez

referências indiretas. Os discursos seguintes representam falas com referências indiretas: um entrevistado de 1999 se auto-identifica como: “Mbundu”; e uma entrevistada de 2000 como: “Afro-brasileira”.

No método de heteroclassificação foram identificados como negro (a) 2,20% do total de entrevistados. Neste procedimento procuramos nos atentar para os traços fenotípicos de forma geral (formato e cor dos olhos, cabelos; formato e proporção da boca, nariz e, particularmente, tonalidade de pele). Este olhar que é ao mesmo tempo antropológico e antropométrico evidencia as dificuldades que a heteroclassificação proporciona ao considerarmos a questão da identidade étnica, pois “vimos” como negro (a) 2, 20% do total de entrevistados, enquanto se viram e se auto-identificaram como negro (a) um percentual de 8,08%. Outra observação importante na pesquisa é que não houve na autoclassificação aberta nenhuma menção a categoria preta, seja no momento do piloto, seja na aplicação do censo. Isto pode ser um indicativo que esta categoria pode estar realmente, no processo de construção da identidade étnica, perdendo espaço para a categoria negra.

Pelo menos como hipótese, podemos inferir que a presença da categoria amarela como opção na autoclassificação fechada não tenha influenciado para sua utilização na autoclassificação espontânea, pois ao passo que tivemos 1,83% se auto-identificando como amarelo (a) na fechada, não houve nenhuma ocorrência na aberta. Nesta última as categorias mobilizadas nos discursos foram: “Nipônico” (turma de 2000); “Mestiça” (turma de 2000); “Japonesa” (turma de 1999); “Brasileiro” (turma de 2001) etc. Outro aspecto que merece consideração foi a disparidade entre os resultados do método de heteroclassificação (fotos) e os da autoclassificação fechada, foram classificados como amarelo (a) 3,67%, através da hetero, em contraposição a 1,83% na auto.

Uma justificativa plausível para a discrepância entre os resultados das classificações consiste na má qualidade das fotografias, pois estas eram entregues pelos alunos na seção de graduação ao ingressarem no curso. Podemos citar como aspectos que contribuíram para a referida falta de qualidade das fotos a luminosidade; a qualidade do papel; a cor da vestimenta do fotografado; o tipo de máquina e sua manutenção; o tipo de filme; o fundo do local onde a foto foi feita; o acondicionamento e a revelação; a qualidade do trabalho desenvolvido pelo fotógrafo etc. Desse modo, a utilização de fotografias para classificação exige que haja um nivelamento das condições do material fotográfico, caso contrário, tal utilização torna-se no mínimo questionável.

Alguns discursos dos entrevistados irão apontar para a compreensão de que a definição da identidade étnico-racial perpassa a posição econômica. Outros irão mobilizar explicitamente o conceito de “classe social”. São expressivas destes discursos as falas de três

entrevistados, a saber: um entrevistado de 2000: “Economicamente”, e duas entrevistadas de 2001: “Eu me defino etnicamente como branca pertencente a uma elite por isso” e “Branca, brasileira, classe média.” Podemos afirmar que o recorte econômico aparece apenas nos discursos dos entrevistados de 2000 e 2001, representando respectivamente 0,36% e 2,57% do total.

Contrariando os argumentos que envolvem a “dificuldade” de estabelecer o pertencimento étnico-racial da população brasileira e assim classificar os beneficiários das políticas de ação afirmativa, pesquisas recentes, como a de Rocha e Rosemberg (2005), demonstram que mesmo crianças a partir de 9 anos de idade são capazes de manipular um conjunto complexo e sutil de terminologias que dialogam com as representações sociais orientadas por raça e etnia através do termo cor. Ao compartilharmos desta avaliação dos autores, causou-nos surpresa que adultos e, no caso da pesquisa, que graduandos, colocassem dificuldades para se classificar. Pelo menos enquanto hipótese, uma explicação possível para isto pode estar relacionada ao fato de haver uma tensão entre identidade e classificação, em virtude da identidade ser fluída, flexível, relacional e a classificação representar uma espécie de aprisionamento da fluidez em um registro “fotográfico”, isto é, estático. Em outros termos, a classificação ao determinar um lugar social e político para os diferentes grupos que compõem a população inviabiliza a existência de um espaço que aceite a identidade enquanto processo. Desse modo, a classificação enrijece a vivacidade das representações e gera apreensão ao orientar as políticas públicas para o conjunto.

Em nossa pesquisa, encontramos referências em todas as turmas sobre a dificuldade de definição envolvendo a questão da identidade étnica. Para explicitar em que termos a mesma é apresentada selecionamos dois exemplos: o primeiro, uma entrevistada em 1998: “Não encontro uma definição no que diz respeito à minha posição diante desta questão, mas tenho clareza da importância de se estar debatendo as implicações que envolvem o tema.”. O segundo, uma entrevistada de 2001: “Apesar da dificuldade de identificação, possivelmente miscigenada.” O total de graduandos que escreveram “Não sei” na questão aberta ou forneceram respostas como as mencionadas anteriormente equivale a 7,72%. Neste contexto, a afirmação segundo a qual há um desconhecimento dos alunos em relação à identidade e ao pertencimento étnico-racial precisa ser considerada com cautela, pois diante da autoclassificação fechada a maioria dos 7,72% se classificou, ou seja, 80,95% mobilizou a categoria branca, enquanto 19,05% afirmou não saber se classificar em ambos os procedimentos de identificação.

Considerando datar de longo tempo a imigração compulsória da população negra e a destruição de seus documentos de origem, bem como a ocorrência da política de genocídio

desta população e de grande parte da indígena no país, trabalhamos com a hipótese de que parte significativa da memória ancestral dos entrevistados – população nacional “não-branca”, para usarmos uma expressão de Lesser (2001) – no que tange ao pertencimento dos Continentes de origem de seus antepassados estivesse perdida. Contudo, no processo de interpretação dos dados da questão: “Qual o Continente de origem dos avós de seu pai e de sua mãe?”, tal hipótese foi refutada, ao percebermos que os índices de graduandos classificados (na autoclassificação fechada) a partir das categorias branca, negra, mulata, parda, indígena e amarela correspondiam à representação dos percentuais dos Continentes de origem de seus bisavós. Ao analisarmos os resultados passamos a conhecer que a incidência do Continente Europeu correspondia – nos bisavós paternos a 56,98% e nos maternos a 60,66% – ao percentual de graduandos que se classificaram como brancos (69,85%), e que equivalências similares ocorreram com as categorias “não-brancas”. Decorre destes resultados não haver discrepância entre os dados de origem dos bisavós dos entrevistados e suas próprias classificações.

Entendendo que a memória é algo fundamental no processo de construção da identidade étnico-racial, podemos sugerir através dos resultados supracitados, que ela tenha orientado as auto-identificações dos entrevistados.

As análises sobre a questão envolvendo o tema da origem étnico-racial do entrevistado lhe proporcionar algum apelido e/ou tratamento diferenciado no grupo familiar/amigos e/ou no interior da UNESP trouxeram algumas constatações significativas no que tange particularmente aos auto-identificados como amarelo (a) – autoclassificação fechada. Nota-se que do total de autoclassificados nesta categoria, 60% informou que sua origem étnica lhe confere um apelido ou tratamento diferenciado na UNESP. No desdobramento da questão indagava-se qual tipo de apelido, tais entrevistados responderam que seus sobrenomes (os sobrenomes que faziam referência aos seus ascendentes) eram seus apelidos. Já observando os totais de autoclassificados nas categorias (negra, branca, mulata, indígena, não sabe, parda) não chega a 10% o percentual de entrevistados (por categoria) que afirmou apresentar apelido ou tratamento diferenciado em virtude de sua origem étnica, no interior da universidade.

No que tange a situação de presença de apelido ou tratamento diferenciado no grupo de amigos e/ou familiares encontramos um quadro distinto do descrito anteriormente. Dos totais de entrevistados autoclassificados como amarelos, mulatos e negros, cerca de 30% (por categoria), respondeu afirmativamente que sua origem étnico-racial lhe proporcionava algum tratamento diferenciado ou apelido no interior do referido grupo.

Outro aspecto interessante desta questão foi o fato de que aqueles que se autoclassificaram na categoria branca, seja na universidade, seja entre os amigos/familiares, apresentaram baixíssimos índices de apelidos ou tratamentos diferenciados em ambos os grupos, respectivamente 4,73% e 7,36%.

Quando comparamos os discursos dos graduandos ingressantes e dos concluintes, constatamos diferenças como a referência ao conceito de classe social ser marcante nas falas do primeiro grupo e ausente nas do segundo, ou a existência de uma preocupação em dialogar com a questão proposta, presente no grupo de concluintes etc., todavia, tais diferenças só podem ser atribuídas à formação no Curso de maneira arbitrária. Talvez a hipótese envolvendo a contribuição do Curso nos diálogos devesse ser pensada de outra forma, não focando as diferenças e sim as similitudes. Notamos que foi recorrente nos discursos dos graduandos, do primeiro ao quarto ano, o mito fundador das três raças assim como a utilização dos termos misturado, miscigenado, mestiço e mistura como sinônimos, no entanto, podemos inferir, pelo menos enquanto hipótese, que a sofisticação teórica propiciada pelo Curso contribuiu para tornar progressivamente algo que era “senso comum” em “senso científico”. Deste modo, contrariamente a noção que o processo de formação impôs desafios teóricos para compreender, explicar e difundir o tema das relações étnico-raciais, a partir de rupturas conceituais evidenciadas por raça, cultura e etnia, supomos que tenha ocorrido uma valorização das mudanças teóricas sem ruptura, tão ao gosto da tradição freyreana.

Rosemberg (2004) em artigo dialogando acerca da classificação de raça e cor explicita algumas estratégias políticas compartilhadas pelas experiências de ação afirmativa, como a da Fundação Ford, que estão contribuindo para conformar no século XXI quem é negro no Brasil. São elas: intensificar a difusão do perfil dos bolsistas; de suas fotos individuais e em grupo; divulgar do que se trata um programa de ação afirmativa com ou sem cotas e a quem ele se destina. Na construção do perfil dos possíveis beneficiários das políticas entende-se raça como um conceito social, porém enfatiza-se a dimensão do fenótipo, pois ele orienta o imaginário social contribuindo ou não, tanto para a existência do preconceito e da discriminação racial no país, quanto para uma possível eliminação dos mesmos. Essa idéia é compartilhada inclusive por Munanga (2004) ao falar sobre a difícil tarefa, porém não impossível, de se definir quem é negro no Brasil. Devemos ressaltar que semelhante dificuldade de definição não é uma exclusividade da população negra como vimos através dos resultados da pesquisa Censo étnico.

A partir de nossa pesquisa entendemos que no tratamento do tema da identidade étnico-racial não se deve descartar a possibilidade de recorrer às estratégias políticas supracitadas, para conformar um perfil fenotípico para os possíveis beneficiários do sistema

de cotas no ensino superior, mas, que ao mesmo tempo, precisa-se enfatizar a predominância que o procedimento de autoclassificação deve ter sobre qualquer outro.

Alguns fatores contribuíram para assegurar a validade interna do estudo tais como questionários padronizados e pré-testados, coleta de dados pelas próprias pesquisadoras. Pelo menos enquanto hipótese, uma vantagem do presente estudo residiu no fato das pesquisadoras/entrevistadoras pertencerem ao mesmo curso e instituição da população pesquisada (passando assim pelo mesmo processo de formação – turma de 1998).

IV. Referências Bibliográficas

BASTOS, J. L. et al. Diferenças socioeconômicas entre autoclassificação e heteroclassificação de cor/raça. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, nº. 2, São Paulo, abr./, 2008, p. 1-11.

CAFARDO, R. UNESP adia projeto sobre cotas: Criação de vaga para egresso da pública é criticada. **Jornal Estado de São Paulo**, Vida & Universidade, 29 de fev./, 2008.

CUNHA, M. C. Parecer sobre os critérios da identidade étnica. In: **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 113-119.

_____. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 97-112.

LEMES, S. S. Sobre a ação afirmativa como Cotas Raciais para o Ensino Superior: dívida histórica e social, busca da equidade educacional e respeito a democracia. **NUPE** (Revista do Núcleo da UNESP para Pesquisa e Extensão), São Paulo, nº. 1, 2007, p. 44-48.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução de Patrícia de Queiroz C. Zimbres. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

MAIO, M. C. et al. Cor/raça no Estudo Pró-saúde: resultados comparativos de dois métodos de autoclassificação no Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, v. 21, nº. 1, Rio de Janeiro, jan./fev., p. 171-180, 2005.

_____. & SANTOS, R. V. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da Antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). **Horizontes Antropológicos**, ano 11, nº. 23, Porto Alegre, p. 181-214, jan./jun., 2005.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, nº. 50, p.51-56, 2004. Entrevista.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**: Estudos de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

NUPE. Estatuto. Disponível em: <http://www.unesp.br/proex/nupe/OqueNupe.htm>. Acesso: 03 de fev. 2008.

OSÓRIO, R. G. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In BERNARDINO J. & GALDINO, D. (Orgs.) **Levando a raça a sério**: Ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Ouvidoria da Universidade: A inclusão na universidade (III), Edição nº. 217, - **Jornal UNESP**. Disponível em: <http://www.unesp.br/ouvidoria/publicacoes/ed_1106.php/>._Acesso em: 15 mar. 2008.

PACHECO, J. Q. & SILVA, M. N. **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PENA, S. & BORTOLINI, M. C. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? **Estudos Avançados**, v. 18, nº. 50, p. 31-50, 2004.

PRADO, F. D. **A UNESP e seu vestibular: apontamentos sobre movimentos e propostas que visam à “inclusão social” na universidade**. Outra: Documento apresentado e discutido no CO/UNESP, São Paulo, 24 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.iq.unesp.br/destaques/a-unesp-e-seu-vestibular.htm/>>. Acesso: 23 fev. 2008.

ROSEMBERG, F. O branco no IBGE continua branco na ação afirmativa? **Estudos Avançados**, v. 18, nº. 50, p.61-66, 2004.

_____. & ROCHA, J. E. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos (as). **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, nº. 132, p. 759-799, set./dez., 2007.

_____. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão. 2006; Outra: Debate sobre Ação Afirmativa; Universidade Federal de São Carlos; Português; UFSCar; São Carlos; BRASIL; Meio magnético.

SILVA, N. do V. Uma nota sobre ‘raça social’ no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, nº. 26, p. 67-80, set. 1994.

SILVA, P. B. G. & SILVÉRIO, V. (Orgs.) **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

ZANELLA, J. Afrodescendentes na universidade. **Jornal UNESP**, Sociologia, Ano XX, nº. 217, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/217/afrodescendentes.php/>>/. Acesso: 03 fev. 2008.